

# Tratamento fiscal diferenciado

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

As empresas com lucro anual superior, a Cr\$ 2,5 bilhões e atividade safrista, como a indústria açucareira, terão tratamento fiscal diferenciado, de modo a não serem prejudicadas no pagamento de impostos. O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, prometeu introduzir a modificação no pacote fiscal que será anunciado hoje pelo governo, adotando reajuste no recolhimento de impostos que impeça prejuízo a tais empresas, que lucram muito num semestre, mas praticamente nada no outro, em função de sua atividade sazonal.

O reajuste no pagamento do imposto dessas empresas atende a solicitação feita, ontem, pelos senadores Cid Sampaio, do PMDB, e Carlos Lira, da Frente Liberal, durante reunião das bancadas da Aliança Democrática no Senado com os ministros Dilson Funaro e João Sayad. Durante a discussão, os dois senadores explicaram que, se não houvesse tratamento especial para essas empresas, elas seriam prejudicadas em função da sua própria atividade.

Não foi essa, contudo, a razão do adiamento do anúncio do elenco das medidas econômicas com o qual o governo pretende reduzir o déficit público, segundo o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. Na opinião do parlamentar o adiamento se deu pelo fato de o presidente José Sarney ter retornado ontem a Brasília por volta das 14 horas. Segundo ele, o pacote já estava pronto, mas o Ministério da Fazenda ainda estava realizando algumas simulações, o que deve ter retardado a divulgação oficial da iniciativa, a ser feita hoje pela manhã, durante reunião do conselho político do governo.

Segundo o senador, a reunião com os ministros foi tranqüila e não houve propostas de modificação no pacote, além da referente às empre-

sas com atividades safrististas, embora diversos senadores tenham solicitado explicações detalhadas sobre a nova sistemática de eliminação do empréstimo compulsório — confisco — do Imposto de Renda na fonte. Conforme o parlamentar, os ministros deixaram bem claro que a regra adotada no pacote é descontar unicamente o tributo devido pelo contribuinte, de modo a acabar com as devoluções.

Chiarelli disse que no próximo ano ainda haverá devoluções, pois em 85 houve confisco fiscal. Para se ter uma idéia do que isso significa em perdas para o assalariado, lembrou que, somente em 85, dos Cr\$ 17 trilhões recolhidos a título de empréstimo compulsório, para formar caixa, o governo devolveu apenas Cr\$ 9,5 trilhões. Isso ocorreu porque o governo fixou a inflação artificialmente em 160%, quando ela atingiu 220% — se os índices tivessem sido calculados corretamente, o governo teria de restituir Cr\$ 13 trilhões confiscados ao trabalhador.

Baseado nas informações dos ministros da área econômica, garantiu que o pacote fiscal não resultará no aumento do imposto à custa do assalariado, pois haverá apenas uma correção da curva tributária, modificando-se o perfil social do assalariado que vai pagar mais tributos. Embora tenham sido elevadas as faixas de isenção, o governo também nada

perderá, porque haverá compensação com o agravamento da carga tributária para quem percebe acima de 50 salários mínimos.

O pacote — disse — estabelece ainda que o prazo de devolução do imposto (que continuará a haver em alguns casos) não excederá a quatro meses, a partir da entrega da declaração do Imposto de Renda pelo contribuinte, num total de 3.700 pessoas físicas.

Em relação às pessoas jurídicas, o pacote adota anistia para 250 mil microempresas através do arquivamento dos seus débitos e multas, caso seja requerido até 10 de janeiro. Já as outras categorias de empresas terão metade dos juros devidos e multas perdoadas.

O líder do PFL disse ainda que a soma das mudanças introduzidas no setor pelo pacote fiscal permitirá uma arrecadação de mais Cr\$ 20 trilhões, sem nenhum agravamento para o assalariado. Estarão isentos, friso, quem ganha até cinco salários mínimos e quem ganha até sete salários mínimos e possui três dependentes, o que corresponde a 90% dos contribuintes assalariados. Acima dessas faixas, continuou o parlamentar, e até quem recebe cem salários mínimos, haverá benefício decorrente da diminuição da parcela recolhida pelo Imposto de Renda mensalmente.